

## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº ..... 2013

(Do Sr. Francisco Praciano)

Solicita ao Exmº Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Apuí na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2003.

Senhor Presidente:

Com fundamento no artigo 50, parágrafo 2º da Constituição Federal e nos artigos 24, inciso V e parágrafos 2º e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Sr. Ministro da Educação, Aloízio Mercadante, o presente **pedido de informações relativas às providências tomadas pelo MEC em face das irregularidades cometidas pela administração municipal do município amazonense de Apuí na aplicação de recursos federais para a área da Educação, conforme detectado por fiscalização realizada pela CGU no ano de 2003.**

Ainda com relação às irregularidades cometidas pela administração municipal de Apuí/AM (todas relacionadas na tabela que segue em anexo a este Requerimento), pedimos, em especial, que nos seja informado se:

- a) as irregularidades então especificadas se encontram, presentemente, sanadas;
- b) as irregularidades então especificadas motivaram tomadas de contas especiais;

c) as irregularidades então especificadas foram levadas a conhecimento do Ministério Público Federal ou dos órgãos de defesa do Estado, para que esses pudessem atuar no âmbito de suas competências.

Além das informações acima mencionadas, solicitamos, também, que nos seja informado se outras irregularidades na aplicação de recursos para a educação foram detectadas pelo Ministério da Educação fora dos anos das fiscalizações realizadas pela CGU no referido município.

## **JUSTIFICATIVA**

O Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos, realizado anualmente pela Controladoria-Geral da União (CGU) para inibir a corrupção entre gestores de qualquer esfera da administração pública, sorteou no Estado do Amazonas, no ano de 2003, o município de Apuí.

Após os exames de contas e documentos, as inspeções pessoal e física das obras e serviços em realização à época da inspeção e os contatos com a população (diretamente ou através dos conselhos comunitários e outras entidades organizadas), os auditores da CGU encarregados da fiscalização no referido município produziram o Relatório que, presentemente, encontra-se publicado na página do órgão na internet.

As irregularidades apontadas pela fiscalização da CGU, embora poucas, comprometem a qualidade da educação no município em questão, razão de sobra para que o ora Requerente, na qualidade de deputado federal eleito pelo Estado do Amazonas, venha a ter conhecimento das providências tomadas, até o presente momento, pelo Ministério da Educação.

Sala das Sessões, em 27 de fevereiro de 2013.

**Francisco Praciano**

**Deputado Federal (PT/AM)**

## **ANEXO ÚNICO**

### **TABELA COM AS IRREGULARIDADES DETECTADAS EM APUÍ**

<b>PROGRAMAS E AÇÕES</b>	<b>PRINCIPAIS IRREGULARIDADES CONSTATADAS</b>
<p><b>PROGRAMA PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA ASSOCIADOS A AÇÕES SÓCIOEDUCATIVAS – BOLSA ESCOLA</b></p> <p>Apuí, 2003.</p> <p>Recursos: R\$ 78.435,00.</p>	<p><b>1)</b> Inexistência do Conselho Municipal de Bolsa Escola (Apuí - 2003).</p> <p><b>2)</b> Cartões para recebimento dos valores não entregues (Apuí – 2003).</p> <p><b>3)</b> Famílias que possuem rendimento acima do mínimo exigido para ser beneficiário do programa recebem os valores (Apuí – 2003).</p> <p>Pagamento do Bolsa-Escola é efetuado no interior de uma mercearia da cidade, não possuindo a pessoa que efetua o pagamento do Bolsa-Escola conhecimento e autorização para organizar e operacionalizar a logística de pagamento deste Benefício. Quando ocorre algum problema com a senha dos cartões, a população não possui local e nem pessoa a quem recorrer. Então, ficam sem receber o benefício (Apuí, 2003).</p>